

Praia Vermelha



Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

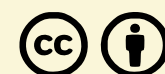
Temas Livres

v.35 n.1

Jan-Jun/2025

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Janete Luzia Leite

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORIA-CHEFE

Miriam Krenzinger [UFRJ](#)

EDITOR ASSOCIADO

Gustavo Repetti [UFRJ](#)

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho [UFRJ](#)

REVISÃO

Tikinet Edição LTDA EPP

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral [UFPE](#)

Antônio Carlos Mazzeo [USP](#)

Arthur Trindade Maranhão Costa [UNB](#)

Christina Vital da Cunha [UFF](#)

Clarice Ehlers Peixoto [UERJ](#)

Elenise Faria Scherer [UFAM](#)

Ivanete Boschetti [UFRJ](#)

Jean François Yves Deluchey [UFPA](#)

Leonilde Servolo de Medeiros [UFRRJ](#)

Marcos César Alvarez [USP](#)

Maria Cristina Soares Paniago [UFAL](#)

Maria Helena Rauta Ramos [UFRJ](#)

Maria das Dores Campos Machado [UFRJ](#)

Maria de Fátima Cabral Gomes [UFRJ](#)

Myriam Moraes Lins de Barros [UFRJ](#)

Ranieri Carli de Oliveira [UFF](#)

Rodrigo Castelo Branco Santos [UNIRIO](#)

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo [PUCRS](#)

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa [UFMA](#)

Suely Ferreira Deslandes [FIOCRUZ](#)

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva [UFRJ](#)

Portal de Revistas da [UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - [UFRJ](#)

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)



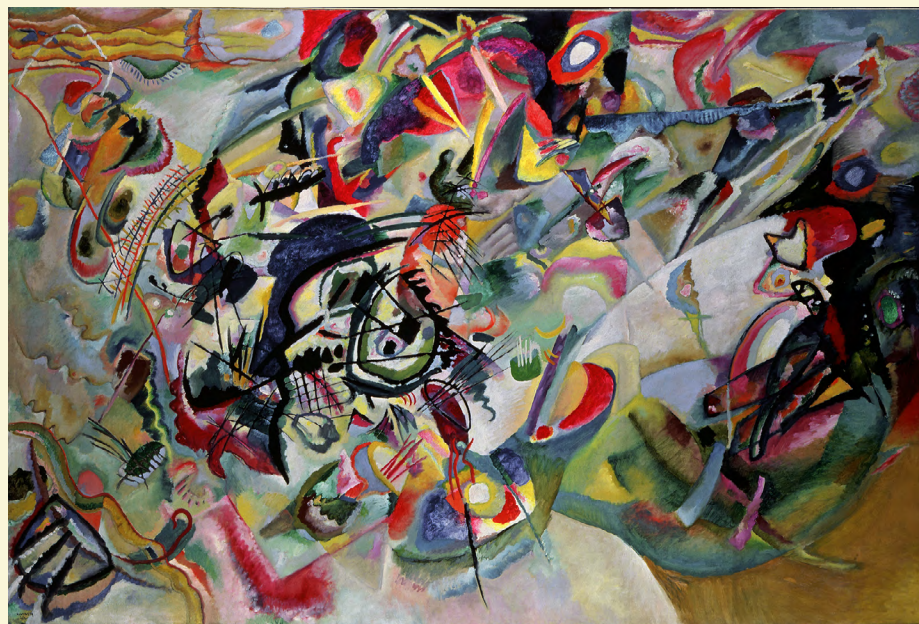
Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).



Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Wassily Kandinsky (1866–1944)
Composition VII, 1913.



Sumário

5 Editorial

Miriam Krenzinger

ARTIGOS TEMAS LIVRES

6 Mulheres em luta na cidade: gênero e raça em movimentos sociais urbanos

Geisa Bordenave & Suellen Ferreira Guariento



25 Uruguai e o suicídio de mulheres afrodescendentes: um estudo introdutório

Ana Beatriz Dias Martins Ferrão Gonçalves

51 Assistência Social: terra de ninguém

Jose Pedro Simões Neto

76 Monitoramento da rede socioassistencial privada do SUAS em Goiânia/GO

Karine Marques Rodrigues Teixeira & Valdir Nunes da Silva Netto



Para acessar os demais textos
deste número clique aqui
e veja o sumário online.

Uruguai e o suicídio de mulheres afrodescendentes: um estudo introdutório

Suicídio
Mulher afrodescendente
Uruguai

Este artigo objetiva suscitar o debate sobre o suicídio de mulheres negras no Uruguai, compreendendo a autodestruição de tais mulheres como parte das estratégias de genocídio contra a população afrodescendente. Além disso, os estudos realizados apontam que há uma defasagem nos dados e análises acerca da população afrodescendente no país, o que compreendemos estar relacionado a uma falsa democracia racial e tentativa de embranquecimento. Observamos que as mulheres negras são condicionadas à humilhação que, associada à colonização da subjetividade negra, pode conduzi-las à autodestruição.

Ana Beatriz Dias Martins Ferrão Gonçalves
Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda pela Escola de Serviço Social da UFRJ. Assistente social do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF/UFRJ).
anabi95@hotmail.com

Uruguay and the suicide
of Afro-descendant women:
an introductory study

This article aims to raise the debate on the suicide of black women in Uruguay, understanding the self-destruction of such women as part of the strategies of genocide against the Afro-descendant population. In addition, the studies carried out indicate that there is a lag in the data and analyses about the Afro-descendant population in that country, which we understand to be related to a false racial democracy and an attempt at whitening. We observe that black women are conditioned to humiliation which, associated with the colonization of black subjectivity, can lead them to self-destruction.

Suicide
Afro-descendant woman
Uruguay

Introdução

As reflexões a seguir são desdobramentos do doutorado-sanduíche realizado no Uruguai, o qual objetivava realizar a análise do suicídio no país¹. Em outros termos, este artigo aborda o suicídio de mulheres negras que vivem no Uruguai, compreendendo a autodestruição como possível resultado das humilhações que são direcionadas a essas mulheres.

Ademais, observamos que os estudos sobre tal aspecto são ínfimos, o que demonstra a invisibilização que se pretende estabelecer sobre as referidas mulheres. Acrescido a isso, nota-se também uma intensa precarização de dados oficiais e ausência de políticas públicas, referentes à população negra e, mais especificamente, ao suicídio dessa mesma população. Dito isso, a análise do suicídio de mulheres negras no Uruguai foi demarcada por barreiras e limitações forjadas pela própria realidade uruguaia.

Nesse viés, este texto objetiva fortalecer o debate, sobretudo entre os profissionais do Serviço Social, sobre o suicídio como aspecto que resulta de elementos presentes na subjetividade e objetividade; impulsionar a análise referente à relação da autodestruição com o racismo e o machismo; e trazer à baila as humilhações que são direcionadas às mulheres negras que vivem no Uruguai e a relação dessas com o suicídio.

Para tanto, este artigo pauta-se em análises bibliográficas de, dentre outros, textos brasileiros e uruguaianos que decorrem desde a questão racial, de gênero, a sociedade capitalista e o suicídio. Além disso, esse estudo se debruça sobre dados primários obtidos através de entrevistas realizadas com pesquisadores e profissionais da área da saúde do Uruguai. E, por fim, utiliza-se dos acompanhamentos aos atendimentos realizados em unidades primárias da saúde no departamento de Montevideu, propiciando, entre outras coisas, um processo de aproximação à realidade uruguaia. Ademais, assinalamos que este trabalho se pauta na noção de humilhação de Margalit, bem como na noção de suicídio auto-agressivo de Fenichel, para a compreensão do suicídio de mulheres negras no Uruguai.

Suicídio no Uruguai

Os modos como incitamos, produzimos ou permitimos que alguns tipos de morte ocorram nos conta também sobre as maneiras como

valoramos a vida [...] Nossas políticas de morte determinam e são determinadas pelas éticas da vida que sustentamos. (NASCIMENTO, 2020 apud CARDOSO, 2023, p. 73).

A autodestruição é um acontecimento mundial relacionado ao modo de vida que se estabelece nesta sociedade. Assim, a análise do suicídio na atualidade deve atentar-se à dimensão subjetiva e objetiva, compreendendo, portanto, que o suicídio em determinados casos pode ser resultado de estratégias genocidas. No Uruguai, de acordo com González (2017), desde o século XX, até a atualidade, o suicídio manteve-se constante e, em alguns momentos, apresentou elevação de suas taxas. Em parâmetros mundiais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2019), o Uruguai é o 16º país com a maior taxa de suicídio do mundo e o 3º com a maior taxa da América Latina, estando atrás de Guiana e Suriname.

Quanto à história do suicídio no Uruguai, chamamos atenção para o ano de 2002, momento em que o país passava por uma de suas piores crises econômicas e sociais, apresentando uma taxa de 17,6 suicídios ao ano². Posteriormente, em 2021, o país apresentou uma taxa de 21,6, seguido de 23,2 em 2022 e 21,1 em 2023³. Tal como o ano de 2002, que obteve o aumento das taxas de suicídio relacionado à crise, os autores acreditam que a pandemia de COVID-19 esteve relacionada à elevação da taxa de suicídio de 2021 (MONZA E CRACO, 2023).

Não obstante, os dados apontam para uma distinção referente à taxa de suicídio entre mulheres e homens, bem como entre as diferentes regiões do país e, por fim, entre as distintas faixas etárias dos sujeitos que cometeram a autodestruição. No que se refere à questão regional, nota-se que os departamentos⁴ do interior apresentam as maiores taxas de suicídio.

Outrossim, o Uruguai não apresenta uma homogeneidade referente à distribuição da taxa de suicídio nos seus departamentos. Na verdade, o que ocorre é uma profunda distinção, na qual os departamentos das regiões noroeste e central obtêm as maiores taxas de autodestruição, enquanto a região sul e a capital apresentam as menores taxas (HEIN et al, 2020).

O neoliberalismo, o qual os estudos uruguaiois assinalam que está relacionado com a elevação das taxas de suicídio e sua constância nos últimos anos, impacta profundamente as regiões rurais do

país, produzindo o desemprego e a migração dos sujeitos que ainda se encontram em fase laboral. Em outras palavras, os anos de consolidação do neoliberalismo e os seguintes, os quais foram marcados pelo desemprego, flexibilização dos vínculos de trabalho, medidas de incentivo aos investimentos estrangeiros, livre comércio, emigração, intensificação da exploração da força de trabalho (por exemplo, por meio do trabalho polivalente) e aumento da pobreza. Esses fatores resultaram em aumento das taxas de suicídio em todo o país, com maior incidência nas regiões do interior, sobretudo as rurais.

Diante do neoliberalismo e seus desdobramentos (HEIN et al, 2020), os departamentos do interior do país vivenciaram em maior escala a migração dos adultos jovens, os quais se deslocavam, por exemplo, para Montevideu, em busca de emprego. Esse processo, o qual muitas vezes não resulta de fato na efetivação da empregabilidade, pode provocar a ausência de expectativas e, além disso, o isolamento dos idosos que vivenciam a solidão nas regiões rurais.

Todos são afetados: os idosos que são deixados sozinhos em cidades fantasmas e campos abandonados; homens ligados às atividades rurais que não conseguem se adaptar às novas dinâmicas; os jovens que deixam suas casas depois de sonhos de mundos melhores que muitas vezes não chegam. Ele carrega a nostalgia de um mundo que não pertence mais a eles: “Em campo, você se levanta e vai fazer alguma coisa. Aqui não, você tem que ir para a cozinha para se lavar... no campo a vida é mais bonita” (comunicação pessoal, 14 de junho de 2014, Velázquez). Ou de um mundo que não pode ser reconstruído: “Você sai porque dada a situação você é expulso [...]; porém, aqui em Rocha você também não vai poder trabalhar, sempre tem que migrar e não se sabe se vai ter algum trabalho” (oficina, 20 de agosto de 2014, casa do estudante, Rocha) (HEIN et al, 2020, p. 330, tradução nossa).

No período de 2009 a 2014, parte do momento em que o Uruguai possuía um governo de esquerda, o qual implementava ações relacionadas à política de saúde, assistência e seguridade social, não se observou significativa redução das taxas de suicídio em quase nenhuma das regiões do país. Ocorreu que as regiões do sul e a capital do país mantiveram-se entre os departamentos com as menores taxas de suicídio, enquanto, por exemplo, a região noroeste, manteve os elevados quantitativos de casos.



Hein, Fonseca e González (2020) evidenciam uma desigualdade de atenção governamental aos distintos departamentos do país, havendo maior investimento em Montevideu e nas regiões do sul. Essa divergência, a qual favorece determinados departamentos em detrimento de outros, como aqueles em fronteira com o Brasil, como observado pelos autores, impacta na heterogeneidade das taxas de suicídio.

O suicídio no Uruguai, assim, possui dimensão estrutural, ultrapassando a subjetividade, mas não negando-a, sendo impactado por aspectos socioeconômicos e políticos. Além disso, a autodestruição está presente em todas as fases do país, de modo mais ou menos acentuada, se multiplicando nas fases de crise e mantendo-se nas fases reconhecidas como positivas. Quanto a isso, Robertt (1997) estabelece uma hipótese na qual a anomia no país em discussão, atualmente, estaria relacionada a uma violência estrutural que pode ser caracterizada pela ausência de participação populacional, a divisão do trabalho, a instabilidade, a precariedade; ausência de proteção, de desesperança, dentre outros. Acredita-se que esses aspectos agudizam o sofrimento da população uruguaia, intensificando os casos de autodestruição.

Ademais das crises que resultam no aumento das taxas de suicídio em todo o país, a sociedade uruguaia, bem como uma sociedade capitalista pautada no neoliberalismo, apresenta constância na implementação de atos que favorecem o adoecimento dos sujeitos. Ou seja, em geral, nota-se que a sociedade uruguaia implementa ações que seriam denominadas por Margalit (1997) como humilhantes, favorecendo a desesperança dos sujeitos sociais e, em alguns casos, podendo conduzi-los à autodestruição. Quanto à humilhação, o autor a caracteriza de três maneiras, as quais, segundo ele, estão relacionadas: a primeira se refere a tratar os seres humanos como máquinas, objetos ou animais, negando-lhes a humanidade; a segunda se refere a ações que manifestem a ausência do controle ou quase resultem na ausência do controle; a terceira é a recusa e a expulsão da “família do homem”.

Quanto à primeira caracterização da humilhação, em Marcuse (1997), vemos que o capitalismo em sua fase tardia, utilizando-se da cultura afirmativa, visa a reificação de tudo e todos. Tal cultura, a qual é própria da sociedade capitalista globalizada, relaciona a



felicidade ao consumo exacerbado, afirmando que a instauração da felicidade seria alcançada através do acesso a bens e serviços. Nessa fase, o capitalismo não atua apenas na dimensão material dos sujeitos sociais, mas sobretudo em sua subjetividade. Ou seja, se instaura uma subjetividade hegemônica, a qual favorece o consumismo e toda a lógica capitalista, negando tudo aquilo que escapa do que é estabelecido como modelo.

Os sujeitos, inseridos na cultura afirmativa, estão presos à noção de felicidade única e exclusivamente através do consumo. Mas não apenas isso: tais sujeitos só seriam reconhecidos e respeitados se pudessem viver de acordo com as estipulações da cultura afirmativa, ou seja, só seriam reconhecidos quando relacionados a um bem ou a um serviço. Nesse viés, tem-se também a reificação dos sujeitos sociais, transformando-os em mercadorias e atribuindo-lhes maior ou menor valor. Mas ora, alguns sujeitos nesta sociedade, ainda que tenham acesso aos bens e serviços, continuam sendo reconhecidos como de pouco ou nenhum valor, como discutiremos posteriormente.

O “homem unidimensional” (BASTOS, 2014), o qual seria o homem do consumo (modelo estabelecido pela cultura afirmativa), “não admite qualquer diferença que faça realmente a diferença: isto se traduz não só no rechaço a tudo que ‘não lhe é espelho’, mas também em se criar paradoxalmente os movimentos de ‘oposição’ e de ‘liberdade’” (BASTOS, 2014, p 116). Margalit (1997), como mencionamos linhas atrás, traz a repulsa como uma das características da humilhação, logo, concluímos que a cultura afirmativa está imbuída de humilhação, sobretudo à população negra, compreendida como fora do padrão estabelecido por esta sociedade.

Trouxemos a cultura afirmativa para pontuarmos que qualquer país reconhecido como capitalista atua de maneira humilhante. Em outras palavras, tendo em vista as características próprias da sociabilidade capitalista, é impossível que qualquer país capitalista não apresente ações humilhantes, não coisifique os seus sujeitos, atuando tanto na materialidade de suas vidas quanto na subjetividade dos sujeitos, principalmente, estabelecendo uma desesperança. O que ocorre é que a depender de características próprias do país, de sua relação com o mundo, dos governos que são eleitos, de suas políticas sociais, dentre outras questões, esse país pode ser mais ou menos humilhante.



Além de o homem unidimensional ser compreendido como o homem do consumo, ele possui o homem branco e heterossexual como padrão. A cultura afirmativa configura uma inclusão dicotômica, tendo em vista que insere todos os sujeitos na lógica do consumo, mas não proporciona a todos as mesmas condições de acesso a bens e serviços. Entretanto, ainda que sujeitos fora desse modelo consigam acessar os elementos que proporcionam a falsa felicidade, jamais serão reconhecidos como um modelo de homem. Pensemos em uma mulher negra, que só deseja ser uma mulher (FANON, 2020), ainda que esta consiga viver de acordo com os mandamentos do homem unidimensional, ela nunca deixará de ser reconhecida como mulher negra e, logo, rechaçada.

Nesse sentido, nesta sociedade, a população negra não se enquadra nos parâmetros do homem unidimensional e, então, não sendo espelho do dito modelo, é repulsada, humilhada, diminuída a uma zona de ausência. A humilhação, assim, evidencia a noção de que o sujeito negro é um humano incompleto, ou seja, um sub-humano (MARGALIT, 1997).

A humilhação seria um horror implementado pela sociedade uruguaia e que, em alguns casos, pode resultar na autodestruição. Fenichel (1981) argumenta que o suicídio ocorre quando os sujeitos sofrem hostilidades do meio externo e não podem revidar. Ou seja, para o autor, diante da impossibilidade de revidar as agressões ao meio externo, os sujeitos podem retornar tais agressões para o próprio eu. Trata-se, desta forma, do suicídio auto-agressivo, o qual se formula como uma tentativa inconsciente de vingança.

Por certo, este artigo aproxima-se da leitura do suicídio auto-agressivo e da noção de humilhação para a compreensão da autodestruição da sociedade vigente e especificamente do suicídio de mulheres afrodescendentes no Uruguai. Em outras palavras, tal sociedade coloca-se como meio hostil, sobretudo a determinados sujeitos sociais, aqueles que são mais explorados e, por vezes, desconhecidos como sujeitos de direitos. Esses sujeitos, vivenciando os horrores da sociabilidade capitalista e, diante da impossibilidade de retornar tais hostilidades ao meio, em alguns casos, se autodestroem.

O suicídio, diante do exposto, em alguns casos, é uma denúncia ao modo de vida da sociabilidade capitalista, da desigualdade



implementada por dada sociedade e sua miserabilidade. Especificamente em relação ao Uruguai, o suicídio revela o agudizamento do sofrimento psicossocial que se coloca para os sujeitos que vivem no país e a desesperança que a envolve.

Sendo assim, o que defendemos é que a questão do suicídio, nesta sociedade, está envolta em tabus que são estabelecidos através das instituições burguesas (BASTOS, 2006). Como exemplo, pensemos nos mandamentos do cristianismo, na busca incessante da medicina pela cura biológica, ou mesmo no direito.

Quanto ao direito, conforme Bastos (2006), nota-se que visa manter o pacto social que sustenta a lógica entre instituições capitalistas e sujeitos sociais. A morte – seja por suicídio ou não – representa a ruptura do contrato social como consequência. Entretanto, referente ao suicídio, nota-se que esse evidencia indagações e recusas a tal contrato. Dada a ameaça que a autodestruição representa, o direito tende a aceitar outros tipos de finitude, com exceção daquela relacionada ao suicídio.

Dito isso, a análise da autodestruição no Uruguai deve considerar as questões regional, de gênero, geracional e étnico/racial. Quanto à questão de gênero, nota-se que o país segue o padrão mundial: os homens apresentam as maiores taxas de suicídio. De acordo com os dados de González (2017), no ano de 1908 não havia considerável distância entre a taxa de suicídio de homens (8,7) e de mulheres (6,2), entretanto, já em 1963, a taxa de suicídio entre homens foi de 16,1 enquanto entre mulheres caiu para 4,8. Conforme dados disponibilizados pelo Ministério de la Salud Pública (2024), nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, o número total de suicídios permaneceu maior entre os homens.

Ademais, observa-se distinção no que se refere ao estado civil das pessoas que cometeram a autodestruição entre os anos de 2002 e 2014 (GONZÁLEZ E HEIN, 2015). Entre os casados, em todas as faixas etárias, com exceção dos idosos, havia um quantitativo maior de mulheres. Isso se assemelha aos viúvos, visto que, em todas as faixas etárias, as mulheres apresentavam maiores taxas. No que tange aos sujeitos divorciados, com exceção da faixa etária entre 15 e 35 anos de idade, as mulheres obtiveram as maiores taxas de suicídio. Por fim, entre os solteiros, em todas as faixas etárias, com exceção dos idosos, os homens apresentaram as maiores taxas da morte de si.



González e Hein (2015) apontam que, no que se refere à situação de viúvas, é necessário considerar a construção subjetiva do gênero feminino, a concepção de casamento único imposta à mulher e que se pauta em mandamentos religiosos. Tal hipótese poderia ser utilizada também para explicar a maior incidência de suicídio entre mulheres divorciadas, e não entre os homens. Em outras palavras, a percepção e a construção social de que a mulher estaria associada ao seu esposo, sendo condenado, por muitas vezes, o estabelecimento de um novo relacionamento, poderia resultar em isolamento, ou seja, “os homens viúvos ou divorciados voltam a buscar uma nova companheira. Por outro lado, as mulheres permanecem sozinhas, obedecendo ao mandamento familiar” (GONZÁLEZ E HEIN, 2015, p. 114, tradução nossa). Ao que se refere às mulheres casadas, com exceção das idosas, também apresentam as maiores taxas de suicídio, acreditamos que tal dado está relacionado, dentre outras coisas, à forte presença da violência doméstica no Uruguai. Os dados sinalizam que, no primeiro semestre de 2024, o pequeno país registrou 21 homicídios e 29.432 denúncias de violência doméstica (URUGUAI, 2024).

Além disso, nota-se que a taxa de suicídio entre os idosos apresenta leve crescimento, porém mantém-se como a mais alta em todos os anos. No mesmo viés, a taxa de autodestruição entre os jovens (15 a 34 anos) chama atenção, tendo em vista que, nos últimos anos, apresenta um crescimento contínuo (GONZÁLEZ, 2017). Sobre esses fatos, precisamos retomar brevemente o que já abordamos linhas atrás: o isolamento propiciado pelos desdobramentos do neoliberalismo poderia explicar as elevadas taxas de suicídio entre os idosos, enquanto, na mesma medida, a desesperança causada por uma sociedade humilhante resultaria na elevação do suicídio entre os jovens. Ademais, “este aumento da taxa de suicídio de jovens impressiona pela peculiaridade de tratar-se de jovens pobres, em sua maioria (19,1% são jovens de setores pobres)” (GONZÁLEZ, 2017, p. 196, tradução nossa). Quanto a esse fato, posteriormente, veremos que a população afrodescendente é a que mais vivencia a pobreza no país.

Outro fato a pontuarmos é a constante relação que alguns estudiosos e as competências governamentais estabelecem entre o uso abusivo de substâncias psicoativas como a cocaína e a autodestruição. González (2017), ao mencionar o uso abusivo de



pasta de cocaína como fator de risco para o suicídio, realiza breve consideração sobre o uso de tal substância como desdobramento de violências e precariedades vivenciadas pelos jovens. Ou seja, na contramão do que muitas vezes se observa nas análises e em algumas políticas do país⁵, González (2017), mesmo que sutilmente, aponta o uso abusivo de entorpecentes como consequência das hostilidades apresentadas pela sociedade uruguaia.

Retomando a questão da pobreza e da autodestruição, como observaremos posteriormente, ainda que, frequentemente, a sociedade uruguaia se autodeclare uma democracia racial, os sujeitos afrodescendentes são os que mais vivenciam a pobreza no país, em especial as mulheres. Portanto, há de se considerar que o Uruguai se apresenta como um meio hostil para todos os sujeitos sociais, resultando, por vezes, na desesperança. Entretanto, observamos que a depender das características dos sujeitos: referentes ao gênero, etnia/raça, orientação sexual, dentre outras, serão formuladas novas e mais intensas hostilidades.

Esse processo não está presente apenas no Uruguai, mas em todo o mundo. Não por acaso, de acordo com os dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (2019), o continente Africano é o que mais apresenta países com as maiores taxas de suicídio. No caso de Lesoto – país com a maior taxa de suicídio do mundo (87,5) – observa-se que a sua população vivencia de maneira ainda mais acentuada as hostilidades do meio, o que podemos concluir a partir da seguinte citação:

A pobreza é generalizada com cerca de 56.7 por cento da população a viver abaixo dos parâmetros de pobreza. O Lesoto está qualificado 138 dos 177 países (2007) em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (HDI). A expectativa de vida, que em 1990 era de 59 anos de idade, desceu e está estimada aos 42.4 anos (2006). (MECANISMO AFRICANO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES, 2010, p. 2).

O caso de Lesoto ratifica a afirmativa de um suicídio auto-agressivo, empregada por Fenichel. Sendo assim, diante da desigualdade, da miséria em diferentes dimensões da vida e da impossibilidade de devolver esses horrores à sociedade, os sujeitos acabam cometendo a autodestruição. Destarte, ainda que os dados publicizados pelos órgãos competentes, as análises realizadas pelos pesquisadores uruguaiois e as

políticas implementadas no país desconsiderem o quesito etnia/raça, compreendemos que o reconhecimento de tal quesito é primordial para a análise do suicídio no Uruguai.

Salientamos que o termo “raça” surge em uma conjuntura social e política que se pauta no projeto iluminista e no renascimento, possuindo o antropocentrismo entre suas características (ALMEIDA, 2020). Esse processo possibilitou a diferenciação e a classificação dos sujeitos, estabelecendo o modelo de homem e o animalizado. Em outros termos, a classificação das raças fixou a população negra em uma sub-humanidade, empregando-a a humilhação. O racismo estrutural presente nesta sociedade permitiu e permite a instauração e a reprodução do capitalismo, não sendo, portanto, patológico a essa sociedade (ALMEIDA, 2020).

À população negra, classificada como inferior e não civilizada, as hostilidades da sociabilidade capitalista são direcionadas de maneira mais acentuada. Pensemos, por exemplo, nos dados referentes à insegurança alimentar no Brasil, que demonstram que a população negra brasileira é a que mais vivencia a insuficiência alimentar. Além disso, as estatísticas apontam que existe uma questão de gênero, visto que entre o número de domicílios que vivenciam a insegurança alimentar grave no Brasil, 14,3% possuem homens negros como referência, enquanto 22% apresentam mulheres negras como referência (REDE PENSSAN et al, 2023).

Além de impactar a materialidade da vida dos sujeitos sociais, nota-se que ele atua também sobre a dimensão subjetiva da população negra, promovendo sua colonização (FANON, 2020) e/ou a branquitude como ideal de ego negro (SOUZA, 2021). Em outros termos, a branquitude fixa o sujeito negro em um mito negro, estabelecendo-o como animal, selvagem, perigoso, sexualmente vulgar, reificando-o. O negro, por fim, compreendido como objeto, seria passível à exploração em detrimento da branquitude.

No que tange especificamente à mulher negra, observamos que o retrato dela esteve presente durante a colonização das Américas e continua evidente, guardadas as devidas particularidades, em países como o Brasil e o Uruguai. Em Giacomini (1988), notamos relatos que exemplificam as violências físicas e sexuais que eram direcionadas às mulheres negras:

A crença de que a escrava é responsável, consciente ou inconscientemente, pelo desejo e contato sexual que mantém com o senhor, norteia em grande parte o tipo de relação que se estabelece entre senhora e escrava.

Como causa do ciúme das senhoras, incontáveis são os casos de torturas, amputações e todo tipo de violências exercidas sobre as escravas (GIACOMINI, 1988, p. 68).

Destarte, o negro, de acordo com Fanon (2020), se vê escravo de sua aparência, de um mito negro ao qual foi fixado a partir de sua aparência. A fixação que se estabelece da população negra em um mito criado pela branquitude, tendendo a mumificar a cultura negra e estabelecendo um vazio à negrura, são aspectos sufocantes e que podem estar relacionados à autodestruição.

Há ainda uma outra questão: além de ser fixado, o negro, através da colonização de sua subjetividade, passa a observar a negritude a partir do olhar do colonizador. Assim, o negro aceita a visão pejorativa que a branquitude lhe impõe e pauta-se nela para defender, mesmo que inconscientemente, a necessidade de usar máscaras brancas. Desta maneira, a partir da atuação na subjetividade negra, a sociabilidade capitalista visa assegurar a reprodução das desigualdades próprias desta sociedade.

A colonização da subjetividade negra camufla o capitalismo como essência das mazelas vivenciadas majoritariamente pela população afrodescendente. Isto é, a partir de tal atuação na subjetividade dos sujeitos negros, as mazelas são observadas através do campo natural: as hostilidades vivenciadas por essas populações não seriam resultado de aspectos sociais, mas sim da própria natureza negra, de suas características pejorativas.

Neusa (2021), traz a branquitude como ideal de ego negro como uma problemática decorrente do racismo. Diante dos horrores erroneamente associados à negritude, alguns sujeitos negros, ao se reconhecerem como tais, estabelecem a branquitude como seu ideal de ego, vivendo de maneira a se equiparar à branquitude, desejando passar da zona do não ser para a zona do ser. Mas, segundo a autora, a branquitude se conforma como algo inalcançável, mesmo diante das inúmeras investidas de alguns sujeitos negros.

Apoiados em Fanon (2020), defendemos que essa inalcançabilidade é própria da predeterminação a partir do

exterior que se estabelece à população negra. Destarte, ainda que o negro acesse a bens e serviços que historicamente são destinados à população branca, esse, de alguma maneira, continuará sendo fixado em um mito negro. Trazemos essas perspectivas à baila para refletirmos sobre o suicídio auto-agressivo, entendendo, sobretudo, que, dentre outras coisas, esse suicídio refere-se à existência de um meio hostil e o estabelecimento de uma vingança. Entretanto, o que se percebe a partir da colonização da subjetividade negra é que, em alguns casos, as mulheres negras reconhecem o seu próprio eu como responsável pela humilhação que vivenciam.

Suicídio da mulher negra no Uruguai

Como sumariado anteriormente, o Uruguai não possui uma democracia racial. Precisamente, a análise de dados quantitativos e qualitativos nos mostra que a população afrodescendente do país vivencia a humilhação. Essa afirmativa é defendida com base, dentre outras coisas, na defasagem de dados sobre a população negra (sobretudo os referentes ao suicídio), na arte hegemônica presente no país e no processo de expulsão da referida população. Sobre a arte favorável à cultura afirmativa, para exemplificarmos, trazemos à baila um trecho da canção “El novio de mi nieta”, a qual é utilizada inclusive, não de maneira crítica, em aulas da Universidade de la República:

Se é bem branquinho, sim!
Se é bem branquinho, sim!
Se é bem branquinho haverá de conhecer os sogros
E averiguar como é a família
Para que não seja questão de que tenha algum parente negro
E misturar o chocolate com pão
(AGARRATE CATALINA, 2008, tradução nossa).

Fanon (2020) aponta que um sujeito negro não precisa vivenciar o contato com um branco para se “anormalizar”. Nos parâmetros uruguaios, afirmamos que um afro-uruguaio não precisaria, por exemplo, obter contato com a branquitude europeia para ser compreendido como fora do padrão de homem unidimensional. Esse fato pode ser explicado, dentre outras coisas, pelo inconsciente coletivo que se estabelece em dada sociedade, mas não como aquele defendido por Jung, o qual é apresentado

como pré-determinado, mas sim aquele que Fanon afirma ser estabelecido culturalmente (FANON, 2020, p. 145):

Nesse âmbito, caberia simplesmente demonstrar que Jung confunde instinto e hábito. De fato, segundo ele, o inconsciente coletivo e a estrutura cerebral são solidários, os mitos e os arquétipos são engramas permanentes da espécie. Esperamos ter mostrado que esse não é o caso e que, na verdade, esse inconsciente coletivo é cultural, isto é, adquirido.

O racismo presente na sociedade uruguaia é entendido como um aspecto cultural, político e social. Desta maneira, a canção trazida acima é um exemplo de arte hegemônica ao inconsciente coletivo que pode ser observado na sociedade uruguaia e que visa o apagamento da população afrodescendente. Esse apagamento esteve e, em alguma medida, ainda está presente em dados oficiais.

O Uruguai é o único país da América que não tem população indígena, sendo quase todos os seus habitantes de raça branca. Portanto, ele não se depara com os problemas perturbadores do índio ou do negro, que tanto preocupam a generalidade das nações americanas (SILVA, 1930, p. 10 apud SOMMA et al., 2008, p. 52, tradução nossa).

Nesse trecho é possível compreender que a presença da população afrodescendente, bem como da população originária, são visualizadas como um problema que foi solucionado. A branquitude e a tentativa de se equiparar à Europa levaram países da América a vivenciarem a tentativa de embranquecimento populacional e exclusão da população negra. No Brasil, por exemplo, em primeira instância, vivenciamos a eugenia, acrescida do higienismo, seguido da dita “democracia racial”. Tais processos objetivavam o apagamento dos corpos e de culturas afrodescendentes, na tentativa de se “civilizar”.

Deste modo, afirmamos que, assim como no Brasil, o Uruguai implementou e ainda implementa estratégias de genocídio da população afrodescendente, visando o embranquecimento do país e, logo, a sua “civilização”. De acordo com Abdias (1978), o genocídio ocorreu por meio do estupro de mulheres negras por homens brancos e também pelas leis de imigração. No que tange especificamente à população uruguaia, observamos que o assassinato, a precarização da vida e o deslocamento

forçado foram, e ainda são, formas de exterminar a população afro-uruguaia, estabelecendo-se como uma sociedade majoritariamente embranquecida.

Conforme o censo de 2023 (URUGUAI, 2024), o Uruguai é composto por 3.499.451 habitantes, dividindo-se em 52,3% de mulheres e 46,7% de homens. No que concerne ao quantitativo de pessoas afrodescendentes, não foi disponibilizado o número de mulheres negras e homens negros, apenas se disponibilizou a porcentagem total de pessoas afrodescendentes no país, o que corresponde a 10,6% da população. Desse modo, o país possui, aproximadamente, 370.942 pessoas afrodescendentes. Quanto às mulheres afrodescendentes, a partir dos dados obtidos, chegamos à estimativa de, aproximadamente, 194.002 mulheres afrodescendentes, enquanto o país teria o quantitativo de 1.636.210 mulheres não afrodescendentes.

No que se refere à distribuição de pessoas afrodescendentes, especificamente em Montevideu, se observa, conforme censo de 2011, que tal população está mais concentrada nos bairros periféricos. Esse fato não ocorre pelo acaso, mas sim pautado em aspectos políticos, os quais obtiveram seu início com a escravização de africanos, percorrendo a expulsão de pessoas negras de determinados bairros, e ainda apresentando desdobramentos na atualidade.

Sumariamente, pontuamos que após a abolição da escravidão no Uruguai, em 1862, a população, antes escravizada, sem acesso às políticas públicas, se inseriu nas camadas populares e, grande parte, posteriormente, passou a viver em cortiços fixados em bairros da região central e costeira de Montevideu (SOMMA et al., 2008). Em 1978, ainda com a existência de alguns desses cortiços, como o Medio Mundo e Ansina, os mesmos acabaram sendo demolidos pela ditadura militar que estava em curso. Salientamos que, além do resgate cultural, do reconhecimento e vivência da cultura negra, a localização dos cortiços possibilitava, por exemplo, a facilidade de locomoção aos postos de trabalho e ao lazer.

Destarte, com exceção daqueles que, através de meios próprios, conseguiram outra moradia, os ex-habitantes dos cortiços foram realocados pelo governo ditatorial para moradias improvisadas localizadas na periferia do departamento (SOMMA et al., 2008).

Eles nos levaram até lá [antiga fábrica de Martínez Reyna], assim como uma multidão. O ônibus municipal veio e tivemos que ir querendo ou não. Esta mulher viveu lá com seus filhos por dois anos e meio, até ser realojada nas casas de Cerro Norte (Santín Carlos Rossi e Haiti), que foram construídas para reassentar as pessoas despejadas do Medio Mundo, Ansina e da Cidade Velha. Sobre essa realocação, Judith disse: “Foi o município como se dissesse ‘nós os tiramos daqui e agora os levamos para lá, continuamos a jogá-los cada vez mais longe’. O Cerro era horrível, não quero que ninguém more lá (SOMMA et al, 2008 p. 66, tradução nossa).

A fala de uma das então moradoras do Medio Mundo elucida a segregação racial que se estabeleceu sobre a população negra e sua cultura. Além disso, no documentário “Volver a mi barrio”, de 2022, é relatado o horror que o desalojamento provocou, bem como os seus desdobramentos que são observados ainda na atualidade.

A fim de seguir compreendendo os aspectos que impactam a trajetória de pessoas afrodescendentes no Uruguai e o perfil delas, segundo o censo de 2011, a população afrodescendente é constituída por 25,2% de pessoas de 0-14 anos, 66,7% de pessoas de 15-64 anos e apenas 8,1% de pessoas de 65 anos ou mais. Enquanto entre a população não afrodescendente, a porcentagem de idosos de 2011 era de 14,4%, trazendo à luz a distinção entre a longevidade da população afrodescendente e não afro. Ou seja, nesta sociedade, muitas vezes percebida como uma “democracia racial”, os sujeitos negros vivem menos do que os brancos, o que é resultado de diferentes determinantes que vão desde o homicídio, até a ausência do acesso à saúde em seu sentido mais amplo.

No que concerne ao acesso à educação, observamos que em diferentes níveis, há menor inclusão da população afrodescendente, o que pode ser resultado, por exemplo, da necessidade de se inserir ainda muito cedo no mercado de trabalho, visando acrescentar à renda familiar. Quanto especificamente à alfabetização, em todos os departamentos uruguaios, os sujeitos afrodescendentes eram os que apresentavam os maiores índices de analfabetismo.

Ainda apoiando-se nos dados do Atlas de 2011, notamos as distinções quanto às necessidades básicas insatisfeitas (NBI).

O NBI está relacionado ao acesso a, por exemplo, moradia, água potável, serviço higiênico, energia elétrica, artefatos básicos de conforto (como aquecimento, conservação de alimentos e aquecimento de água para banho) e educação. Em todas as dimensões referentes ao NBI, a população negra é a que mais convive com a insuficiência do acesso a aspectos que constituem as necessidades básicas. Essas distinções se estendem por todos os departamentos do país e, em Montevideu, por exemplo, a porcentagem de pessoas afrodescendentes que sofrem com ao menos um NBI é de 45,8%, enquanto para as pessoas não afrodescendentes essa porcentagem cai para 25%.

Sendo assim, assinalamos que a população negra no Uruguai experiencia maior escassez de acesso aos direitos fundamentais. Os dados mencionados anteriormente apontam o impacto do racismo na materialidade da vida dos sujeitos sociais, mas também indicam que a ausência de tais direitos básicos, acrescida da tentativa de apagamento da população afro-uruguaia, da colonização de sua subjetividade, entre outros fatores, podem enfraquecer vínculos significativos com o externo e com o próprio eu.

Dados ainda mais recentes (UNFPA, 2021) afirmam que há maior incidência da pobreza sobre as mulheres afrodescendentes. Ou seja, em quase todos os anos entre 2010 e 2020, as mulheres negras apresentaram os maiores números de incidência à pobreza.

Ao desagregar as informações sobre indivíduos e domicílios por sexo e idade, encontramos um padrão semelhante no caso dos domicílios chefiados por mulheres negras em comparação com seus pares não afros: a incidência de pobreza aumentou. Mas a análise da base de pessoas mostra dois resultados importantes. Em primeiro lugar, a incidência de pobreza em mulheres afrodescendentes aumentou 3,7% entre 2019 e 2020, mas é importante notar que já vinha aumentando desde 2017. enquanto para as mulheres não afro esse valor é de 2,5%. Portanto, a diferença entre mulheres negras e não afro em termos de incidência de pobreza cresceu 1,2% durante a pandemia (UNFPA, 2021, p. 11, tradução nossa).

Acrescida à questão racial, observa-se a questão de gênero, visto que a taxa de pobreza entre as mulheres negras era de 40,6%, enquanto entre os homens negros o valor era de 38,6%.

Quanto ao desemprego, notamos que a taxa entre mulheres afrodescendentes era de 14,3%, à medida que entre os homens afrodescendentes, esse valor caía para 7,2% (INSTITUTO NACIONAL DE LAS MUJERES, 2010). Não apenas essas, mas também outras estatísticas afirmam que, assim como ocorre no Brasil, a mulher negra que vive no Uruguai está submetida a uma dupla marginalização, é afetada pelo racismo e pelo machismo, ambos favoráveis à reprodução da lógica capitalista.

Trazemos esses dados a fim de introduzirmos uma abordagem à trajetória de vida das mulheres afrodescendentes no Uruguai, compreendendo as particularidades dos impactos do capitalismo sobre elas. As mulheres afrodescendentes, por fim, vivenciam de maneira mais acentuada alguns dos aspectos que, como mencionamos anteriormente, são compreendidos como humilhação e, em alguns casos, resultam no suicídio auto-agressivo.

Entretanto, recordemos que, diante da colonização da subjetividade negra, o meio não seria responsabilizado pela humilhação que se emprega à população afrodescendente e, especificamente, à mulher negra. Em outros termos, o eu negro seria compreendido como responsável pelas hostilidades, seria o alvo da autodestruição. Portanto, o suicídio de mulheres negras, diante de uma sociedade que lhe emprega a humilhação, é percebido como genocídio.

Referente ao suicídio de mulheres afrodescendentes, ou mesmo da população afrodescendente em geral, entre os dados publicizados pelos órgãos competentes, nenhum desses estabelecia o quantitativo de mulheres e/ou homens negros que cometeram a autodestruição. Como já mencionado neste artigo, os dados governamentais e as análises de pesquisadores não se atentam à questão racial. Entretanto, após solicitação dos dados de suicídio de mulheres afrodescendentes ao Ministerio de la Salud Pública⁶, obtivemos o acesso aos registros conforme tabela na página seguinte.

Corroborando esses dados, nos recordamos da fala de uma das entrevistadas durante o doutorado sanduíche, a qual afirmava, mesmo sem obter os dados trazidos anteriormente, acreditar que as mulheres afrodescendentes cometiam menos suicídio do que as mulheres brancas. Essa afirmativa foi justificada da seguinte

	2020	2021	2022	2023
Afrodescendente	2	4	2	2
Branca	128	124	175	179
Indígena	0	2	0	1
Asiática	1	0	0	2
Sem dado	6	0	5	8
TOTAL	137	130	182	192

TABELA 1
Número de mulheres falecidas
por suicídio, segundo etnia
(Uruguai, 2020 a 2023).

forma: “para a mulher negra, a vida obtém outro sentido e valor. As mulheres negras precisam trabalhar e sustentar os seus filhos, não existe tempo para pensar no suicídio ou mesmo estar deprimida”.

Grada Kilomba (2019), ao trazer um caso de suicídio para ilustrar a relação do racismo, do isolamento e da autodestruição, expõe a imagem de sujeita forte estabelecida às mulheres negras e que surge sempre da relação dessa mulher com um outro. Ou melhor, as mulheres negras são condicionadas a uma concepção de que são tão fortes a ponto de suportarem todos os horrores desta sociedade, sem que sua subjetividade seja afetada.

Destarte, afirmar que as mulheres negras não se suicidam porque vivem uma vida difícil é um equívoco. De fato, a trajetória de mulheres negras é demarcada por diferentes hostilidades que são próprias de uma ausência dupla (não são homens e não são brancas), mas dizer que a vida obtém outro sentido para essas mulheres e que elas não dispõem se quer de tempo para pensar na autodestruição, é o mesmo que afirmar que essas possuem uma subjetividade “blindada”, incapaz de ser afetada pelo racismo e pelo capitalismo.

Nesse viés, talvez seja possível afirmar que, de fato, obtendo uma trajetória de vida demarcada pelo machismo e pelo racismo, por vezes, as mulheres negras não apresentam disponibilidade de tempo, nem de dinheiro, para buscarem atendimento nas unidades de saúde. Em outros termos, as mulheres negras que vivem no Uruguai são demarcadas por trabalhos precarizados e, em alguns casos, pela dependência de acesso a uma política de saúde pública que sofre o sucateamento provocado pelo



neoliberalismo. Esses elementos podem ser mencionados como parte dos aspectos que impedem e/ou limitam o acesso de mulheres negras aos serviços de saúde. Dito isso, é possível observar (OPP, BID, FCS-UDELAR, 2018 apud URUGUAI, 2019, p. 53, tradução nossa):

Por outro lado, identifica-se que, apesar de ter uma pior percepção de seu estado de saúde, a população afrodescendente, mesmo com uma clara necessidade do serviço, comparece menos a consultas com profissionais de saúde e especialistas. Além disso, o fato de os afrodescendentes terem maior predisposição para manifestar desconforto emocional e psicológico associado à saúde mental (altos níveis de estresse ou depressão, bem como níveis mais baixos de autoestima e confiança pessoal), pode indicar que essa população está enfrentando condições diferenciais que impactam negativamente seu estado geral de saúde.

Trazer o dado sobre a autodestruição de mulheres afrodescendentes no Uruguai sem relatar, mesmo que brevemente, como é realizado o levantamento de tais dados, nos levaria a uma leitura errônea. Outrossim, salientamos que referente às tentativas de autodestruição, os profissionais da saúde que atendem aos usuários em tal situação devem preencher a “Ficha de Registro de Intento de Autoeliminación”, a qual não possui o quesito raça/etnia. Quanto ao suicídio fatal, os profissionais da saúde (os médicos e administrativos) devem preencher o “Certificado de Defunción”, no qual contém o quesito raça/etnia. Neste momento, detendo o suicídio fatal como nosso objeto, nos atentaremos aos Certificados de Defunción.

Na entrevista realizada com um dos membros do Instituto de Direitos Humanos e Defesa do Povo (Uruguai), o servidor informou sobre a resistência que os profissionais da área da saúde apresentam para questionarem ao usuário e/ou seus familiares sobre a raça/etnia que esse se autodeclara ou autodeclarava. Ao acompanharmos atendimentos nas unidades da atenção primária à saúde do departamento de Montevideu, nos deparamos com funcionários (médicos e administrativos) com posicionamentos que ratificavam a afirmativa anteriormente mencionada, ou seja, administrativos e médicos que realizavam o preenchimento do quesito raça/etnia dos usuários a partir de sua própria percepção. Esse fato invalida os dados sobre o suicídio fatal de mulheres



afrodescendentes no Uruguai e, mais uma vez, confirma a violência contra a população afro-uruguaia.

Em Abdias (1978), vemos que os dados de 1872 a 1950, no Brasil, apontavam para a existência de um declínio da população negra em relação à população branca. Entretanto, o mesmo autor relatava a inconsistência de tais dados estatísticos. No caso brasileiro, diante da miscigenação, a qual também foi uma estratégia de genocídio da população negra, os pardos e negros, na tentativa de não vivenciarem a zona do não ser, se autodeclaravam brancos e pardos. Esse processo, estatisticamente, reduzia o quantitativo de sujeitos negros no Brasil.

No Uruguai, quando falamos especificamente dos dados sobre a autodestruição, observamos um processo similar ao brasileiro. Entendendo-se como um país extremamente branco e, por vezes, desconsiderando os afrodescendentes, os profissionais da saúde pré-estabelecem os usuários das unidades de saúde como brancos. Assim, em um país embranquecido, questionar um sujeito sobre a sua raça/etnia seria uma ofensa. Por outro lado, nota-se que a concepção de uma democracia racial e/ou a inexistência de sujeitos negros provoca a ausência de levantamento de dados sobre a população negra e a redução de políticas destinadas a essa população. Não por acaso, o censo de 2011 foi o último censo que apresentou dados específicos sobre a população afrodescendente no país.

Portanto, os dados sobre o suicídio de mulheres negras exibem um retrato distorcido da realidade uruguaia. Como mencionado, as mulheres negras no Uruguai vivenciam a dupla marginalização, são rechaçadas, compreendidas como à margem de um padrão estabelecido pela branquitude e convivem com a pobreza em maior escala. Quanto à vivência da pobreza, nos recordemos que, no item anterior, nos apoiando em González (2017), foi evidenciado que o suicídio de jovens uruguaios está associado à pobreza.

A pobreza de mulheres afrodescendentes no Uruguai, como humilhação, seria resultado do rechaçamento destinado às mesmas, o qual resulta no desemprego, na ausência de acesso à educação, saúde, moradia, dentre outros direitos básicos. Diante desse contexto, o suicídio de mulheres negras no Uruguai pode ser compreendido como uma das estratégias de genocídio da população negra no país em questão.



Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior: os tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite (ABDIAS, 1978, p. 77).

O desprezo atribuído à mulher afrodescendente no país em debate, o qual se materializa desde a ausência de dados oficiais sobre a mesma até a pobreza vivenciada por essa população, caracterizando essas mulheres como sub-humanas, somado à colonização da subjetividade negra, pode, em alguns casos, conduzir tais mulheres à autodestruição. Como assinalado linhas atrás, no suicídio auto-agressivo, o meio é percebido como hostil e, então, na impossibilidade de retornar as hostilidades ao meio, o sujeito acaba cometendo a morte de si. Porém, diante da colonização da subjetividade negra, o eu negro pode ser entendido como o causador das próprias humilhações vivenciadas e, desta maneira, a vingança não seria direcionada ao meio, mas sim ao próprio eu negro.

Por fim, enfatizamos que, diante dos dados apresentados anteriormente, das entrevistas, leituras e experiências proporcionadas pelo doutorado sanduíche, a autodestruição de mulheres afrodescendentes, bem como a ausência de dados e políticas sociais destinadas a essa população, em alguns casos, pode ser compreendida como parte da estratégia de apagamento da população afrodescendente.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos abordar algumas inquietações referentes ao suicídio de mulheres negras no Uruguai, compreendendo o suicídio como uma denúncia ao que está estabelecido nessa sociedade. Ademais, nos aproximamos da concepção de humilhação na tentativa de entendermos como a sociedade uruguaia, como uma sociedade capitalista, tende a humilhar a sua população. Ou seja, nota-se que a sociabilidade uruguaia se apresenta como um meio hostil para os sujeitos sociais, sobretudo para as mulheres afrodescendentes que vivem no país.

Percebida como fora do padrão estabelecido pelo homem unidimensional (BASTOS, 2014), a mulher negra seria condicionada ao rechaçamento e à sub-humanidade.



Tal fato, além de fixar a mulher negra em um processo de coisificação, propicia a ausência de acesso a direitos básicos.

Além disso, a colonização da subjetividade de mulheres negras afirma a essas o seu próprio eu negro como responsável pela humilhação vivenciada, fixando uma prerrogativa a-histórica e individualizante. Sendo assim, a única alternativa para não mais vivenciar a humilhação seria o acesso à branquitude, o qual Neusa (2021) afirma ser impossível. A morte de si, a eliminação material do seu eu negro seria, em última instância, a única alternativa para não mais vivenciarem os horrores que são direcionados, majoritariamente, às mulheres negras.

Por fim, concluímos que a precarização de dados sobre a população afrodescendente surge como uma das estratégias de genocídio da mesma, pois busca afirmar que a sociedade uruguaia é extremamente branca, assim como muitos países da América buscaram se tornar. Ou seja, a ausência de dados corrobora com a eliminação da “mancha negra” do país, afirmando que está próximo dos parâmetros europeus, sendo, portanto, compreendido como superior.

Não obstante, o suicídio de mulheres negras no Uruguai, bem como a ausência de dados sobre isso, também são compreendidos como estratégias genocidas, tendo em vista que são resultados da humilhação que tal sociedade direciona a essas mulheres.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Almeida & Editora Jandaíra, 2020.

BASTOS, R. L. Suicídio: estudo psicossocial. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

_____. Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. In: Katálisis. Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 1, p. 111-119, jan./jun. 2014.

CARDOSO, Luana L Santos. (2023). Suicídio como um contínuo aparato de guerra: colonialidade, neoliberalismo e políticas de morte. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em bioética/Universidade de Brasília.

CRACO, Cecilia; MONZA, Ana. Suicidio en Uruguay: revisión de

políticas públicas e iniciativas para su prevención, 2023.

CALVO, Juan José et al. Atlas Sociodemográfico: La población afro-uruguaya en el Censo 2011. Montevideo: Trilce, 2013.

EL novio de mi nieta. Intérprete: Agarrate Catalina. Montevideo: [s. n.], 2008. Disponível em: <<https://www.cifraclub.com.br/agarrate-catalina/el-novio-de-mi-nieta/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FENICHEL, Otto. Teoria psicanalista das neuroses. São Paulo: Atheneu, 1981

GIACOMINI, Sônia Maria. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro. Vozes. 1988.

GONZÁLEZ, Víctor Hugo. Identificación y caracterización de factores asociados al suicidio en uruguay. In: PUCCI, Francisco et al. El Uruguay desde la Sociología XV. Montevideo: departamento de sociología, Facultad de ciencias sociales, universidad de la república, 2017, p. 193-208.

HEIN, Pablo; GONZÁLEZ, Víctor Hugo. El suicídio en Uruguay. *In: LARROBLA, Cristina et al. 70 años de Suicidio en Uruguay: 7 disciplinas, 7 entrevistas, 7 encuentros.* Montevideo, 2017. p. 169-194.

HEIN, Pablo; GONZÁLEZ, Víctor Hugo. Las grietas en el muro: Suicidio en Uruguay. In: BÉLSAMO, L. Derechos Humanos en el Uruguay. Montevideo - Uruguay, 2015, p. 104- 120.

INSTITUTO NACIONAL DE LAS MUJERES. La población afrodescendiente en Uruguay desde una perspectiva de género. Uruguay, 2010.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2019.

MARCUSE, Herbert. Sobre o caráter afirmativo da cultura. In: Cultura e sociedade (v 1). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

MARGALIT, Avishai. La sociedad decente. Barcelona: Paidós Ibérica, 1997.

MECANISMO AFRICANO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES. Relatório de avaliação do país nº 12, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: Processo de racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora paz e terra S/A, 1978.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Suicide worldwide in 2019: Global Health Estimates, 2021.

PEREZ FONSECA, Andrea Lissett; GONZALEZ, Víctor Hugo; HEIN PICO, Pablo. Suicídio no Uruguai: uma perspectiva territorial. Rev. Mex. Sociol, Cidade do México, v. 82, n. 2, p. 311-341, Junho de 2020. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032020000200311&lng=es&nrm=iso>. acessado em 11 de dezembro 2024. Epub 09-Set-2020>.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN); Grupo de Trabalho de Monitoramento; VIGISAN. Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro, 2023.

ROBERTT, Pedro. El suicidio en el Uruguay. Un análisis histórico. Informe de Investigación. Número 23. Uruguay: Universidad de la República, 1997.

SOMMA, Lucía Scuro, et al. Población afrodescendiente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay. Montevideo: PNUD Uruguay, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UNFPA. El impacto de la pandemia del COVID-19 en la población afrodescendiente. Uruguay, 2021.

URUGUAI. Instituto nacional de estadística. Censo 2023. Montevideo, 2024.

URUGUAI. Ministerio del Interior. Ministerio del Interior presentó datos sobre violencia doméstica y de género. [Montevideo]: Ministerio del Interior, 07 agost. 2024. Disponível em: <<https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/ministerio-del-interior-presento-datos-sobre-violencia-domestica-genero>>. Acesso em: 30/10/2024.

URUGUAI. Ministerio del interior. Visualizador de homicídios e denúncias de outros delitos, 2024. Disponível em: <https://observatorioseguridad.minterior.gub.uy/pentaho/api/repos/:public:observatorio:MININT_Observatorio.wcdf/generatedContent>. Acesso em: 30/10/2024.

URUGUAI. Ministerio de Salud Pública. Convenio de cooperación para la implementación del programa “familias fuertes” en Uruguay. Montevideo, 2021.

URUGUAI. Ministerio de Desarrollo Social. Plan nacional de equidad racial y afrodescendencia. Montevideo, 2019.

URUGUAI. Ministerio de salud pública. Presentación de datos Suicidio en Uruguay, 2022. Disponível em: <<https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/sites/ministerio-salud-publica/files/documentos/noticias/Datos%202021%20-JUNIO%202022.pdf>>. Acesso em: 24 outubro 2024.

URUGUAI. Ministerio de Salud Pública. Ofício nº 303. Montevideo, 7 de maio de 2024. Dispõe sobre Tasa de suicídios (x100.000 hab.) según departamento de residencia (CIE 10: X60 –X84). Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/sites/ministerio-salud-publica/files/2024-06/Oficio_303_merged.pdf>. Acesso em: 02/10/2024. URUGUAI. Ley N° 18.381 de 07 de noviembre de 2008. Ley sobre el derecho de acceso a la información publica. Disponível em: < Ley N° 18381 >. Acesso em: 12 set. 2024.

Notas

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. ↑
- 2 De acordo com Hein et al. (2015). ↑
- 3 Conforme dados disponibilizados pelo Ministerio de Salud Pública (2024). ↑
- 4 Os departamentos uruguaiois seriam equivalentes aos Estados brasileiros. Ademais, o país possui dezenove departamentos. ↑
- 5 A fim de exemplificar, mencionamos o programa “Famílias Fuertes”, adaptação do “Strengthening Families”. ↑
- 6 O acesso ocorreu em conformidade à lei uruguaia nº 18.381 de 2008, após solicitação a servidores do Ministério da Saúde Uruguaia. Assim, a planilha apresentada neste artigo é baseada em dados oficiais e possui tradução nossa. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em setembro de 2025 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).